



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638261 - SP (2021/0000474-8)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : FAHD DIB JUNIOR E OUTROS
ADVOGADOS : FAHD DIB JUNIOR - SP225274
VILMAR FRANCISCO SILVA MELO - SP262172
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EDVAN PEREIRA DE MOURA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EDVAN PEREIRA DE MOURA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (N. 2069147-84.2020.8.26.0000).

O paciente cumpre pena definitiva de 33 anos, 2 meses e 9 dias de reclusão pela prática dos crimes de homicídios simples e qualificado, tráfico de drogas e porte ilegal de arma de fogo. Em razão de sua condição de saúde requereu a concessão de prisão domiciliar e o pedido foi indeferido pelo juízo da execução. O *habeas corpus* impetrado no Tribunal de origem contra o indeferimento do referido pedido não foi conhecido pelo relator.

Sustenta que "diante da situação ilegal que passa o paciente, se coloque o mesmo excepcionalmente em regime de prisão albergue domiciliar, a fim que possa aguardar em sua residência ou em casa do Albergado, até que toda esta questão de saúde pública se normalize, garantindo assim o Direito do paciente a manter a sua vida e saúde" (fl. 7).

Requer, em pedido liminar e no mérito, seja concedida prisão domiciliar em favor do paciente nos termos da Recomendação n. 62/CNJ.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar *habeas corpus*, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Além disso, no que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade da decisão atacada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fl. 43):

"Vale consignar, no que diz respeito à pandemia do Sars-Cov-2, conhecido popularmente como novo coronavírus, declarada pela Organização Mundial de Saúde, em 11.03.2020, tem-se que os estabelecimentos prisionais, através de seus órgãos administrativos, não estão medindo esforços para dirimir a contaminação da Covid-19, a fim de preservar vidas, não somente de detentos, como, também, daqueles que trabalham ali. Se assim, não fosse, haveria alto índice de disseminação do vírus nos presídios, o que, ainda, não se tem notícia. Necessário, portanto, muito critério e cautela. É o que o momento requer."

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente